

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 26 a 30 de agosto, em Brasília.

CÂMARA EM RITMO LENTO, PROJETOS CONTRÁRIOS AO STF NA PAUTA & NEGOCIAÇÕES SOBRE EMENDAS AO ORÇAMENTO

Semana deve ter Câmara em ritmo lento. Esta semana seria de esforço concentrado na Casa, mas a Mesa Diretora publicou um ato que libera os parlamentares da presença em Brasília. Com isso, os deputados devem permanecer em suas bases, o que causou o cancelamento das reuniões de diversas Comissões, como a de Trabalho (CTRAB) e de Saúde (CSAUDE).

Mesmo assim, existe a previsão de projetos polêmicos na pauta, especialmente em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para esta semana, estão, por exemplo, o PL 658/2022 e PL 4754/2016, que, respectivamente: classifica como crime de responsabilidade o ato de expressar posições sobre decisões e sentenças e estabelece que um ministro da Suprema Corte pode responder por crime de responsabilidade se invadir as competências do Legislativo. Além das PECs 8/2021, que trata das decisões monocráticas de ministros do STF, e 28/2024, que dá ao Congresso Nacional o poder de sustar uma decisão da Corte.

No Senado, já não estava previsto esforço concentrado, mas a Casa votará projetos em Plenário. Dentre eles, o PLP 192/2023, que altera a contagem de início e o prazo de duração da

inelegibilidade de políticos para um período único de oitos anos. Além disso, no âmbito das comissões, o Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve dar andamento às audiências públicas sobre a matéria.

Ainda nesta semana os olhos continuam voltados para as tratativas em relação às emendas impositivas e ao Orçamento de 2025. Nesta segunda-feira (6), Lula se reuniu com ministros e parlamentares da base governista para, mais uma vez, tentar chegar a um acordo que acalme os ânimos entre Legislativo e Judiciário sobre as emendas ao Orçamento. Paralelo a isso, o prazo para o governo enviar ao Congresso o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) se encerra na sexta-feira (30).

A pauta econômica também será debatida no Judiciário. Nesta semana, o STF deve debater sobre a inclusão do valor do ISS na base de cálculo do PIS/Cofins, o que, de acordo com estimativas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pode causar um impacto de R\$ 35,4 bilhões nos cofres públicos em cinco anos, caso o STF decida pela não inclusão do ISS na base de cálculo das contribuições federais. Outro item da pauta é o pedido do governo de Minas Gerais para prorrogar o pagamento de sua dívida com a União, assunto que também é discutido pelo Congresso por um projeto de Rodrigo Pacheco (PSD/MG), já aprovado pelo Senado e aguardando votação da Câmara.

Destaque da Semana

Segunda

- Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e assinatura de atos referentes ao setor energético, incluindo o lançamento da Política Nacional de Transição Energética (PNTE).
- Seminário “Desenvolvimento o Mundo do Trabalho – Desafios para Políticas Públicas e Negociações Coletivas”, sob orientação do BNDES em parceria com o MTE e Centrais Sindicais.
- Talkshow - Regulamentação da Reforma Tributária com o comparecimento do secretário-extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy e o coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, senador Izalci Lucas (PL/DF).

Terça

Sexta

- Seminário IPEA – CTS – Diálogos sobre Propostas Orçamentárias para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).
- VII Brasil nos Trilhos – Sustentabilidade em Movimento, o papel das ferrovias na agenda de sustentabilidade global.
- Entrega do Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) junto a divulgação da meta de resultado primário do déficit zero.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Luiz Inácio Lula da Silva acompanhou neste final de semana, a inauguração da fábrica de polipeptídeo sintético da EMS, em Hortolândia (SP) para fabricação de medicamentos para obesidade e diabetes. No sábado (24) esteve em ligação com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro para alinhar expectativas quanto as eleições presidenciais da Venezuela e posteriormente participou do ato de campanha do então Deputado Federal, Guilherme Boulos (PSOL) à prefeitura de São Paulo. No domingo (25) esteve na central de monitoramento do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo) na sede do IBAMA. Na manhã desta segunda (26), participou de reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e na sequência se reuniu com a equipe econômica do governo para discutir o imbróglio das emendas e avaliar o clima político entre as bancadas de governo. Pela tarde recebeu junto ao Ministro dos Esportes, André Fufuca, autoridades do setor esportivo.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – Geraldo Alckmin participou, nesta segunda (26), da abertura do II Fórum sobre Sustentabilidade e Financiamento na Saúde.

CGU Controladoria-Geral da União

Agenda do ministro – Vinícius Marques de Carvalho irá nesta quinta (29), a abertura do Dia da Integridade Empresarial, organizado pela Secretaria de Integridade (SIPRI/CGU), com apoio da ApexBrasil.

AGU Advocacia-Geral da União

Agenda do ministro – Jorge Messias participa nos dias 26 e 27 do I Congresso Sergipano de Estudos Jurídicos, em comemoração aos 20 anos do Núcleo de Extensão e Pesquisas em Relações Internacionais (Neprin). O advogado da união participa do painel “Compliance no sistema jurídico brasileiro”.

SERS Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul

Agenda do ministro – Paulo Pimenta esteve neste final de semana em Passo Fundo, para participar de ato político após cumprimento de agendas. O ministro percorreu a região se reunindo com prefeitos e lideranças empresariais para ouvir demandas e apresentar balanço das ações do governo.

MCom Ministério das Comunicações

Agenda do ministro – Juscelino Filho realiza, de 26 a 30 de agosto, blitz da telefonia móvel nos estados de Curitiba (PR), Goiânia (GO), Manaus (AM) e Vitória (ES).

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

Agenda internacional –
✓ Genebra (Suíça) – Reunião da Comissão de Estudos 17 do Setor de Normalização da União Internacional de Telecomunicações.

TELEBRAS Telecomunicações Brasileiras S.A.	Agenda da diretoria – Os diretores Wallyson Lemos dos Reis Oliveira e Levi Pereira Figueiredo Neto participam da 1785ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva (REDIR).
MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Agenda internacional ✓ Montevideu (Uruguai) – CCV – Reunião da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM).
BNDDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Agenda do presidente – Aloizio Mercadante participou nesta segunda (26) de abertura do Seminário Internacional "Desenvolvimento e mundo do trabalho: Desafios para as políticas públicas e para as negociações coletivas", onde discursou sobre "Projeto de desenvolvimento brasileiro e os desafios para o mundo do trabalho".
MF Ministério da Fazenda	Agenda do ministro – Fernando Haddad participou, nesta segunda (26), de reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Além disso, reuniu-se com o presidente Lula e, mais tarde, com os ministros da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, e do Meio Ambiente, Marina Silva.
BACEN Banco Central do Brasil	Agenda do presidente – Roberto Campos Neto reuniu-se, nesta segunda (16), com representantes da XP Asset Management, acompanhado do diretor de Política Econômica, Diogo Guillen
	Agenda dos diretores – O diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, proferiu, nesta segunda (16), palestra no evento em comemoração aos 125 anos do Tribunal de Contas da União (TCU) do Piauí.
	O diretor de Política Econômica, Diogo Guillen, reuniu-se com economistas do BTG Pactual Corretora e, mais tarde, com economistas da Tenax Capital e com o diretor-executivo da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), Marcelo Franciulli, além de Edson Zanetti, da área de inteligência de mercado de federação, e do presidente do grupo Savol, César Moura.
	O diretor de Regulação, Otávio Damaso, reuniu-se com representantes do Mercado Pago e palestrou no evento “Perspectivas do crédito imobiliário no Brasil e de novos recursos (funding)”, promovido pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais (Secovi/SP), em São Paulo.
	O diretor de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, Paulo Picchetti, participou de almoço com o secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, em Brasília. Já o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução, Renato Gomes, reuniu-se com Eduardo Lopes, diretor de relações institucionais; Rafaela Nogueira e Natália Cunha, relações institucionais, do Nubank. A diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, Carolina Barros, reuniu-se com o presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), acompanhada da diretora-executiva Cintia M. Ramos Falcão e do diretor-executivo, Filipe Pena.
	Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2024 aumentou para US\$ 83,53 bilhões de resultado positivo.

MPOMinistério do Planejamento e
Orçamento

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano aumentou para 4,25%. No caso do PIB 2024, os economistas do mercado financeiro aumentaram a estimativa de crescimento para 2,43%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 10,50% pela décima semana seguida. Por fim, a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2024 aumentou para R\$ 5,32.

Agenda da ministra – **Simone Tebet** participou, nesta segunda-feira (26), da reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Poder Legislativo

Congresso Nacional

O **Plenário do Congresso Nacional** ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana.

Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana, contudo há a previsão de votação do 2º projeto de regulamentação da reforma tributária ([PLP 108/224](#) - Comitê Gestor do IBS), que já teve o texto base aprovado na semana retrasada.

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, o [PDL 206/2024](#) (*Susta decreto do presidente Lula de restrição de acesso às armas*), o [PL 5331/2023](#) (*Produção de medicamentos para doenças negligenciadas*), o [PL 3639/2019](#) (*Dia Nacional do Museu*) e o [PL 2218/2022](#) (*Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade*).

Comissões

TECNOLOGIA

Câmara | CCULT | Quinta (29) | 14h00

Inteligência artificial

Audiência Pública – A Comissão de Cultura promove, nesta semana, audiência pública com a finalidade de debater a regulamentação do uso de Inteligência Artificial no setor cultural da dublagem.

EDUCAÇÃO

Câmara | CE | Quarta (28) | 14h00

Graduação a distância

Audiência Pública – A Comissão de Educação promove, nesta semana, audiência pública com a finalidade de debater a [Portaria MEC nº 528 de junho de 2024](#) - Estabelece novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação à distância.

		Senado CE Segunda (29) 10h00
	PNE	Audiência Pública – A Comissão de Educação e Cultura promove, nesta semana, audiência pública com a finalidade de debater o PL 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.
ECONOMIA E TRIBUTAÇÃO		Senado CAE Quarta (28) 14h00
	Reforma Tributária	Audiência Pública – A Comissão de Assuntos Econômico, realiza nesta quarta, audiência pública com a finalidade de discutir o tema "Tecnologia e Inovação na Reforma Tributária".
		Câmara CDC Quarta (28) 13h00
	Precificação	Audiência Pública – A Comissão de Defesa do Consumidor promove audiência pública com a finalidade de debater a adoção de ferramentas de precificação dinâmica para bens e serviços.
INDÚSTRIA		Câmara CICS Terça (27) 11h00
	NIB	Reunião Técnica – A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços promove reunião técnica com o Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento (ABDI) para tratar da participação da ABDI na Nova Indústria Brasil (NIB).
INDÚSTRIA		Câmara CAPADR Quarta (28) 16h00
	Indústria do Leite	Audiência Pública – A Subcomissão Permanente sobre a Produção de Leite (CAPADR/SUBLEITE) promove debate sobre as mudanças na Embrapa que afetam a cadeia produtiva do leite. A Audiência contará com a participação, dentre outros, da presidente da Embrapa Silva Massruhá.

Política

Planalto e Congresso negociam vincular emendas ao marco fiscal. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Congresso negociam vincular o pagamento de emendas à regra do marco fiscal relacionada à despesa discricionária (não obrigatória). O dispositivo da regra permite o aumento de 2,5% ao ano dessas despesas acima da inflação. Por esse modelo, sugerido pelo Planalto, o repasse de recursos aos congressistas pode variar e, eventualmente, ser maior do que em anos anteriores. Na reunião com integrantes dos Três Poderes na 3ª feira (20.ago.2024), foi decidido que o Executivo e o Legislativo devem ajustar a vinculação das emendas à receita corrente líquida, para que não cresçam em proporção superior ao aumento do total das despesas discricionárias. No entanto, caso a regra do marco seja adotada como “trava”, o pagamento das emendas pode ser superior ao estipulado no acordo. [Fonte:](#) Poder 360

Governo e senadores não se acertam sobre sabatinas para o BC. A expectativa de realização das sabatinas do novo presidente e dos novos diretores do Banco Central (BC), e respectivas votações, durante o recesso informal depende de o governo afinar o diálogo com os senadores. Em meio à crise institucional e à campanha eleitoral, ainda é preciso construir o ambiente político para a discussão da matéria. Enquanto essas tratativas avançam nos bastidores, diretores esperam que, no processo de escolha dos nomes, seja

preservada a atual configuração da diretoria colegiada: dos nove titulares, cinco são de fora da instituição e quatro são servidores da carreira do banco. [Fonte:](#) Valor Econômico

Economia

Câmara deve retomar nesta semana a votação do segundo projeto da reforma tributária. A partir da segunda-feira (26), a Câmara dos Deputados pode continuar a votação do projeto que regulamenta a gestão e fiscalização do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Nesse esforço concentrado, os deputados votarão os destaques apresentados pelos partidos propondo mudanças no texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, do Poder Executivo. A sessão da segunda-feira (26) está marcada para as 17 horas. No último dia 13, o Plenário aprovou o texto-base do relator, deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), no qual outros temas são tratados, como a regulamentação do imposto sobre doações e causa mortis (ITCMD). Nesse tema, uma das novidades em relação ao projeto original é a inclusão dos planos previdenciários PGBL e VGBL na incidência do imposto. Emenda a ser votada, do deputado Domingos Neto (PSD-CE) e apoiada pelo bloco União-PP, pretende retirar a incidência do ITCMD sobre todos os planos de previdência complementar, como VGBL e PGBL. [Fonte:](#) Agência Câmara

Atividade aquecida pode explicar déficit nas transações correntes e recuo do superávit comercial em julho, diz BC. O aumento do déficit nas transações externas de serviços e o recuo do superávit comercial observados no mês passado podem ser explicados, pelo menos em parte, pela expansão da atividade econômica. A afirmação foi feita na segunda-feira (26) pelo chefe do departamento de estatísticas do Banco Central (BC), Fernando Rocha. “Isso traduz também o nível de crescimento da economia”, disse em entrevista coletiva concedida para detalhar os números do setor externo referentes a julho, divulgados mais cedo pela autoridade monetária. Conforme publicado pelo BC, o déficit em transações correntes da economia brasileira passou de US\$ 3,55 bilhões em julho do ano passado para US\$ 5,16 bilhões no mesmo período deste ano. De acordo com Rocha, o crescimento foi fruto “principalmente” do aumento do déficit na conta de serviços, que passou de US\$ 3,16 bilhões para US\$ 4,75 bilhões. Foi o maior resultado negativo para a conta de serviços em julho desde 2014 e, segundo Rocha, teve a influência dos segmentos de transportes, telecomunicações e serviços de propriedade intelectual. [Fonte:](#) Valor Econômico

Empresas podem usar decisão do STF para afastar multas em cobranças tributárias. Empresas afetadas pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a “quebra” de decisões definitivas agora têm munição para afastar multas punitivas e de mora na cobrança de tributos de forma retroativa. Fiscais federais, estaduais e municipais vinham mantendo as penalidades nas autuações fiscais, negando-se a aplicar o entendimento dos ministros. A alegação era, até então, de que o acórdão referente aos embargos de declaração não havia sido publicado - o que ocorreu na semana passada, após espera de quatro meses. O afastamento das multas só na tese sobre a cobrança de CSLL, pano de fundo do julgamento, reduz o impacto previsto em R\$ 1 bilhão (de R\$ 7,2 bilhões para R\$ 6,2 bilhões), conforme consta no sistema de dívida ativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Os números foram mencionados pelo ministro decano Gilmar Mendes, no julgamento dos embargos de declaração, em abril. [Fonte:](#) Valor Econômico

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. Na terça (27), o Plenário do STF se reúne para julgar, dentre outras, os **AREs 1489537, 1485315 e 1485316**, sobre licitação para concessão de iluminação pública em São Paulo; e na quarta (28), dentre outras, a **ADI 4395**, que questiona norma que passou a exigir do empregador rural pessoa física o pagamento da contribuição previdenciária sobre a receita bruta proveniente da comercialização de seus produtos, em substituição à contribuição sobre a folha de salário de seus empregados; o **RE 592616**, que discute a constitucionalidade da inclusão do valor do ISS na base de cálculo do PIS/Cofins; e o **RE 882461**, sobre conflito entre Estados e municípios sobre se pode ser exigido o ICMS ou o ISS sobre operações de

industrialização por encomenda, quando essa operação for etapa intermediária do ciclo produtivo da mercadoria. Fonte: Foco – Relações Governamentais com informações de ASCOM STF

STF julga contrato intermitente da reforma trabalhista na semana. O STF (Supremo Tribunal Federal) marcou para quinta-feira (29) o julgamento de três ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) sobre a reforma trabalhista, que discutem a validade do contrato de trabalho intermitente, trazido pela [lei 13.467](#), de 2017. O debate sobre os processos estava pautado para o dia 21, mas foi adiado. Na ocasião, os ministros julgaram apenas uma ação sobre o mercado de trabalho, que discutia a constitucionalidade de um decreto da década de 1990. A norma, contrária à orientação da OIT (Organização Internacional do Trabalho), desobriga empresas brasileiras de justificarem o motivo da demissão de um funcionário, mesmo quando a dispensa é sem justa causa. A corte entendeu que o decreto é válido. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

Último Foco

Reforma simplifica recolhimento de tributo e aumenta responsabilidade de plataformas digitais. A reforma tributária em discussão no Congresso traz regras específicas para as plataformas digitais de comércio eletrônico. Na avaliação de tributaristas, a proposta simplifica o recolhimento de tributos por parte dessas empresas. O benefício se estende aos vendedores que atuam por meio desses marketplaces. Todos precisam estar atentos à legislação de cada estado e municípios. Muitas vezes, há conflitos entre essas normas. Com a reforma, haverá apenas uma lei, com recolhimento centralizado. Os advogados apontam, no entanto, algumas questões que podem resultar em aumento de carga tributária e mudanças no modelo de negócios dessas empresas. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

STF pode julgar em novembro ações sobre retirada de conteúdo digital. Três ações que tratam da responsabilidade de provedores na remoção de conteúdos com desinformação, disseminação de discurso de ódio de forma extrajudicial, sem determinação expressa pela Justiça, poder ser julgadas, em novembro, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros Luiz Fux, Edson Fachin e Dias Toffoli liberaram na sexta-feira (23) para julgamento os processos que relatam sobre a matéria. Os relatores pediram ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que os casos sejam analisados pela Corte em novembro. Caberá ao presidente definir a data do julgamento. No caso da ação relatada por Dias Toffoli, o Tribunal vai julgar a constitucionalidade da regra do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) que exige ordem judicial prévia para responsabilização dos provedores por atos ilícitos. No processo relatado pelo ministro Fux, o STF vai discutir se uma empresa que hospeda site na internet deve fiscalizar conteúdos ofensivos e retirá-los do ar sem intervenção judicial. A ação relatada por Fachin discute a legalidade do bloqueio do aplicativo de mensagens WhatsApp por decisões judiciais. [Fonte:](#) Agência Brasil

ANPD publica resolução sobre transferência internacional de dados. Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) da sexta-feira, 23, a [resolução 19/2024](#), da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que regulamenta a transferência internacional de dados. As regras incluem o reconhecimento de países ou organismos internacionais que proporcionem um grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD, mediante reconhecimento da adequação pela ANPD; ou quando controlador oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados previstos na LGPD. Formas de comprovar isso seriam por meio de cláusulas contratuais específicas para determinada transferência; cláusulas-padrão contratuais; ou normas corporativas globais. [Fonte:](#) Teletime

Rede Blockchain Brasil inicia fase piloto do projeto. O Tribunal de Contas da União (TCU), em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Rede Blockchain Brasil (RBB), realizou, na quinta-feira (22/8), o webinar "Rede Blockchain Brasil: Integridade, Segurança e Inovação de Interesse Público". O encontro marca nova etapa do trabalho da Rede, que agora entra na fase piloto. A RBB foi criada em 2022 para estimular o uso da tecnologia na administração pública, com o objetivo de trazer mais segurança para atos e contratos. O projeto foi iniciado por meio de um acordo de cooperação técnica entre o TCU e o BNDES. Blockchain é a tecnologia que está por trás do bitcoin, criptomoeda que surgiu em 2008 para possibilitar transações monetárias na internet sem a necessidade de confiar em uma autoridade

central. As transações registradas são públicas, de modo que tentativas de violação das informações são facilmente identificadas. Atualmente, diversos países e organizações desenvolvem soluções e projetos baseados em blockchain. Os benefícios da tecnologia para o setor público são a capacidade de o governo prestar serviços com maior eficiência e segurança, automação aprimorada, transparência e auditabilidade. Na abertura do seminário, o titular da Secretaria de Tecnologia da Informação e Evolução Digital do TCU, Rainério Leite, destacou que a criação da RBB fortalece a confiança do cidadão nas instituições públicas, além de apenas promover inovação tecnológica. “Ao adotar tecnologias blockchain, estamos pavimentando o caminho para um futuro em que a integridade, a segurança e a inovação sejam alicerces do serviço público. Assim, conseguimos dar um passo adiante e oferecer melhores serviços à sociedade”, afirmou. [Fonte](#): ASCOM TCU

Capacidade dos data centers perto do limite. A capacidade dos data centers está no topo da lista de preocupações iminentes da TI. A disponibilidade atingiu o nível mais baixo de todos os tempos durante o primeiro semestre, apesar dos aumentos na oferta e na atividade de construção, de acordo com um relatório recente do Grupo CBRE. Nos Estados Unidos, maior mercado mundial de nuvem, as taxas de vacância caíram para 2,8%, em comparação com 3,3% um ano atrás, enquanto a oferta cresceu 24% ano após ano, em comparação com 19% durante o mesmo período do ano passado. Mesmo um aumento de 69% na construção de data centers na comparação anual, a demanda é maior. No espaço de serviços em nuvem, AWS, Microsoft e Google Cloud competem por clientes empresariais. Mas os mesmos fornecedores de hiperescala são agora a concorrência para as empresas que procuram garantir sua própria capacidade dos centros de dados. [Fonte](#): Convergência Digital

Superintendência-Geral apura aquisições de startups de inteligência artificial por big techs. Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou, na quinta-feira (22), quatro procedimentos administrativos para apuração de denúncias de atos de concentração envolvendo a aquisição, por big techs, de startups desenvolvedoras de inteligência artificial. O processo do Cade busca entender se essas aquisições realizadas pelas empresas não se enquadrariam nos patamares de notificação obrigatória, mas mereceriam requerer sua submissão afim de que sejam verificados os impactos concorrenciais dessas operações. A instauração de um procedimento administrativo para investigar atos de concentração pode ocorrer antes do início do de procedimento administrativo para apuração de ato de concentração (APAC). Esse instrumento pode ser utilizado pela autoridade antitruste brasileira para averiguar atos de concentração que não seriam de notificação obrigatória, mas cuja submissão poderia ser requerida pelo Cade, nos termos do § 7º do art. 88 da [Lei nº 12.529/2011](#). [Fonte](#): ASCOM CADE

Desenrola Pequenos Negócios bate R\$ 3 bi em renegociação de dívidas. O programa Desenrola Pequenos Negócios alcançou R\$ 3 bilhões de volume financeiro renegociado até 20 de agosto, informou a Febraban (Federação Brasileira de Bancos). A iniciativa é voltada à renegociação de dívidas e está suspensa desde que a MP (medida provisória) 1.213 de 2024 perdeu a validade. Foram beneficiados cerca de 65.000 MEIs (microempreendedores individuais), micro e pequenas empresas –que são o público-alvo– durante a vigência da MP. O número representa a negociação de 98.000 contratos. A MP que criou o programa Acredita perdeu validade em 20 de agosto. Os bancos não realizarão as operações do ProCred 360 e do Desenrola Pequeno Negócio até que o PL (projeto de lei) 1.725 de 2024, que tem o mesmo conteúdo da MP, seja aprovado no Congresso Nacional. A Febraban informou que, mesmo com o programa suspenso, todas as contratações do Desenrola Pequenos Negócios realizadas nos últimos meses não sofrerão qualquer impacto e seguirão as regras e condições originais. [Fonte](#): Poder 360